

# 2013: o fim dos subsídios à exportação?



**E**mbora o acordo não signifique necessariamente um avanço nas negociações, a 6ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), encerrada no dia 18 de dezembro em Hong Kong fixou a data para a eliminação dos subsídios à exportação: 2013, com redução "substancial" em 2010. O prazo de 2013 foi uma exigência dos países europeus, que contestaram uma proposta inicial de fazê-lo até 2010.

A proposta inicial da OMC para suprimir os subsídios à exportação de produtos agrícolas, como exigem os países em desenvolvimento, incluía a data de "2010" ou um "número X" de anos depois da aplicação da Rodada de Doha para eliminar os subsídios à exportação. O texto previa que os membros "aceitem elaborar modalidades que garantam a eliminação paralela de todas as formas de subvenção à exportação". Estabelece também uma lista muito detalhada das disciplinas a serem postas em andamento.

A UE se negou a fixar uma data para a eliminação deste tipo de subsídio, sob a alegação de que um acordo neste sentido não seria acompanhado por compromissos equivalentes dos Estados Unidos em relação a seus créditos à exportação, nem por Austrália, Canadá ou Nova Zelândia sobre seus monopólios de exportação.

## ACESSO AO MERCADO

A respeito da questão de acesso ao mercado mediante a redução de tarifas aduaneiras, a OMC propôs aos membros que "adotem quatro bandas para estruturar a supressão de tarifas", num sistema que daria mais flexibilidade aos governos para modular as reduções tarifárias em função das categorias de produtos. Para os "produtos sensíveis", houve acordo de que quanto maior for o desvio a respeito da redução tarifária, maior será o aumento

das cotas", diz a proposta.

Como já é aceito o princípio de que se um país decidir proteger um produto com tarifas mais elevadas, deve compensar os exportadores oferecendo uma cota de acesso maior, a UE, para quem a carne de boi é um produto sensível, calculou que a cota de importação passará gradualmente das atuais 500.000 toneladas para 1,3 bilhão de toneladas.

A declaração da OMC pode trazer mais algumas complicações para o Brasil. O texto demonstra uma vontade de continuar conversando, quando afirma que, para haver o fim dos subsídios, tem que ser alcançado um acordo progressivo e paralelo sobre modalidades. A questão continua aberta.

A fixação da data não é rígida. Pelo contrário, a União Européia só vai acabar com os subsídios se outras condições comerciais forem oferecidas. Ficaram estabelecidas algumas condições à retirada de seus subsídios à importação e a outras formas de subsídios dados por outros países. Antes de fixar como será feita a redução, terá de se regularizar uma série de pontos.

## ELIMINAR TARIFAS

Além do fim dos subsídios agrícolas às exportações, ficou acordado na Ministerial, entre outras medidas, que os países ricos devem eliminar tarifas e cotas de 97% de suas importações provenientes dos 50 países mais pobres do mundo.

Ainda é prematuro para se traçar um balanço definitivo. Contudo, alguma apreensão pode ser levantada para os setores de agricultura e bens industriais em função do futuro "acordo de modalidades". É o caso, por exemplo, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ser interpretado como uma política protecionista. ■

## Agenda apertada

**Q**uanto aos bens industriais, tudo depende da redução do nível de proteção à importação. Com a redução das tarifas, alguns setores ficam expostos à importação de bens industriais de outros países. Os calçados chineses já são um problema real e algumas medidas protecionistas poderão ser adotadas pelo Brasil.

A agenda é apertada. As discussões para o acordo estão marcadas para 30 de abril e 31 de julho. Na pauta, estão a questão dos subsídios à exportação de algodão e um pacote de privilégios comerciais para os países mais pobres. Não ficou determinado, no entanto, o teto de produtos "sensíveis" sobre os quais os países em desenvolvimento podem aplicar tarifas mais altas.

A declaração final também deve estabelecer as medidas sobre os créditos à exportação, as garantias desses créditos ou programas de seguros, assim como os das empresas comerciais estatais e de ajuda alimentícia devem estar completadas em 30 de abril de 2006, como parte das modalidades dos acordos.

A tomar por base que não conseguiram avançar na discussão durante o ano todo, seis meses para desmontar o impasse criado parece ser um prazo bem exíguo para concluir as negociações da Rodada de Doha.

A falta de perspectivas nas negociações decorre da diferença de posição entre EUA e a UE. Se os EUA apresentaram uma proposta ambiciosa, por outro lado, a condicionaram à abertura de mercado, especialmente o da UE. A oferta americana em relação a apoio interno é considerada muito insuficiente, apesar da flexibilidade e disposição para continuar na negociação. Já a UE, além de ter avançado um pouco na proposta de redução de apoio doméstico, fez uma oferta tímida de acesso a mercado e alega que não pode melhorá-la. Criou-se um impasse nessas duas questões.

# As peças do jogo

O fim dos subsídios à exportação foi acordado pelos países-membros da OMC em julho de 2004, como demonstração de uma intenção para continuar com o avanço na abertura dos mercados agrícolas, prevista na Rodada de Doha, lançada em 2001, na capital do Qatar.

A determinação de um prazo ficou para ser estabelecida na 6ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorrida entre 13 e 18 de dezembro último, com a participação de 149 países. O encontro começou com expectativas negativas devido às dificuldades na questão da agricultura, mas necessitava avançar nas negociações de Doha para terminar a rodada em 2006.

O G20 (21 países em desenvolvimento, exportadores agrícolas, liderado pelo Brasil e pela Índia) propunha um corte médio de 54% nas tarifas dos países desenvolvidos, e a proposta da União Européia é de um corte médio de 39%. Cerca de 8% dos produtos (176 itens no total) são considerados sensíveis (não sujeitos ao corte médio) e de interesse do Brasil, tais como as carnes bovina, de frango e suína, açúcar, etanol, leite em pó, manteiga, banana, milho, trigo e arroz.

Para o Brasil, não há interesse em anular as sensibilidade, face à sua necessidade de proteger setores da indústria nacional. O importante é negociar regras diferenciadas para países em desenvolvimento e países desenvolvidos. O raciocínio é de o primeiro fazer algumas concessões a mais em relação principalmente ao segundo.

Como os europeus afirmavam estar no limite da capacidade negociadora para melhorar a sua oferta, os Estados Unidos tendiam a seguir no mesmo caminho, talvez, até sem manter sua oferta em subsídios internos.

Na verdade, ambos pretendiam avançar nas negociações para li-

beralizar a agricultura mundial, mas às custas de concessões recíprocas e de outros membros da OMC, pois achavam suas ofertas atuais suficientes e que não deviam ir mais longe.

Tanto o comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, quanto o secretário de Estado de Agricultura dos EUA, Mike Johanns, disseram que as ofertas agrícolas apresentadas são válidas e "ambiciosas", e, por isso, seriam mantidas como base para a negociação.

Para Mandelson, que junto com a comissária de Agricultura, Mariann Fischer Boel, negocia em nome da UE, não seria um bom sinal apresentar uma nova oferta, porque, antes, é preciso avançar em outros capítulos da negociação (bens industriais e serviços). Enquanto os europeus conclamavam outros países desenvolvidos a oferecerem propostas agrícolas que se igualem à UE, Brasil, Índia, Japão e EUA faziam reuniões prévias para se aproximarem em suas posições.

## UNIÃO EUROPÉIA

A proposta da UE sugeria principalmente uma redução média de tarifas agrícolas de 46%, o que, para alguns produtos, seria de 60%, assim como um corte de 70% nas ajudas internas que distorcem o comércio e o fim dos subsídios à exportação de produtos agrícolas.

A oferta permitia um "aumento substancial" da abertura de mercados e refletia os interesses de todas as partes, explicaram fontes da direção de Agricultura da Comissão Européia (CE, órgão executivo da UE). A Comissão calcula que a iniciativa pode representar um aumento de 150% das importações bovinas à UE e uma queda de 25% das exportações européias de produtos avícolas, ambos produtos de interesse para o Brasil e a Argentina.

A expectativa era de que a UE pedisse o fim das ajudas à exportação agrícola em todos os países desenvolvidos e um outro tipo de apoio às vendas exteriores, como os monopólios estatais que há na Austrália, na Nova Zelândia e no Canadá. Já os americanos justificariam suas propostas sob o argumento de que um acordo sobre o acesso aos mercados passaria por "um meio termo entre o que propõem os EUA e o G20".

O G20 e os EUA pediam que a UE aumentasse suas reduções nas tarifas agrícolas além de 60% e, em alguns casos, sobretudo no Brasil, reivindicava reduções de até 90%. O secretário de Agricultura americano defendeu a necessidade de avançar esta semana para acabar com as ajudas "que distorcem mais o mercado". Segundo ele, além das subvenções, há "outro tipo de barreira" às trocas comerciais. ■

## A proposta brasileira

O Brasil estava disposto a cortar tarifas para a entrada de bens industriais no País, caso a União Européia melhore a oferta de acesso de produtos agrícolas para países em desenvolvimento. A oferta nacional se encaixa na chamada Fórmula Suíça 30 e representa um corte de 50% na tarifa consolidada autorizada pela Organização Mundial do Comércio, mas não necessariamente aplicada nos diferentes segmentos da indústria.

A tarifa consolidada média e máxima aplicada pelo Brasil, para bens industriais, é de, respectivamente, 35% e 30%. Se passar da tarifa média de 30% para 15%, 2750 linhas tarifárias [produtos] terão algum corte na tarifa aplicada, explica. Na prática, porém, o impacto seria bastante variado. O setor automotivo, por exemplo, com uma tarifa aplicada de 35% (equivalente à tarifa consolidada máxima), teria uma redução significativa. Têxteis e calçados são outros setores que sofreriam cortes mais drásticos a partir da oferta brasileira.